duto Rodrigues Mensurado, e outra no valor nominal de 500 euros, pertencente à sócia Maria João Machado da Silva Marques Pinheiro.

2 — Poderá ser exigida aos sócios a realização de prestações suplementares de capital, até ao dobro do capital social e na proporção das suas quotas, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — Os sócios poderão celebrar contratos de suprimentos com a sociedade.

4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo da sócia Paula Margarida Reduto Jorge Rodrigues Mensurado, desde já nomeada gerente.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

5.º

A divisão e cessão de quotas, no todo ou em parte, a não sócios, depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os sócios, em segundo lugar, do direito de preferência.

6.º

Mediante prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresa, bem como no capital social de outras sociedades, ainda que com objecto diferente do seu ou reguladas por lei especial.

7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto, inclusão em massa falida ou, de qualquer outro modo de apreensão judicial, se não for de imediato desonerada;
- c) Por partilha subsequente a divórcio ou separação judicial de bens, na parte que não seja adjudicada ao seu titular;
- d) Por infracção do sócio em outorgar a escritura de cessão de quota, depois dos sócios ou a sociedade terem declarado pretender exercer o direito de preferência, previsto no artigo 5.º

2 — A contrapartida da amortização, salvo no caso de acordo com o titular, em que valerá o princípio da vontade das partes, e no caso da apreensão judicial, em que se aplicará o regime legal, será igual ao valor que para a quota resultar do último balanço aprovado.

Está conforme o original.

29 de Março de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ana Maria Correia dos Santos Neves Galrito*.

2006649655

PRINTEM, PRODUÇÃO INDUSTRIAL TÉXTIL DE MINDE, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-MD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 600/19940429; identificação de pessoa colectiva n.º 503204986; data do depósito: 20050624.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

19 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2005297755

PRODERMA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-ME/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 149/19870202; identificação de pessoa colectiva n.º 501774203; data do depósito: 20050628.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2012480896

PROJECTOPE — GABINETE DE TOPOGRAFIA E PROJECTOS, S. A.

Anúncio n.º 7899-MF/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 683; identificação de pessoa colectiva n.º 500398950; inscrições n.ºs 10 e 11; números e data das apresentações: 10 e 11/050511.

Certifico que foi registada a transformação em sociedade anónima, da sociedade em epígrafe, cujos artigos passam a ter a seguinte redacção:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação PROJECTOPE — Gabinete de Topografia e Projectos, S. A.

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 35, 3.º, F, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, podendo, por deliberação da administração, a sociedade transferir a sua sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, bem como criar filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação permanente, em território nacional ou no estrangeiro.

2.º

A sociedade tem por objecto a execução de trabalhos de topografia e projectos.

CAPÍTULO II

Capital, acções e obrigações

3.º

O capital social é de 100 000 euros, representado por 20 000 acções, com o valor nominal de 5 euros cada e está integralmente subscrito e realizado.

4.º

1 — As acções são ao portador e poderão ser representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1000, 5000 e 10 000 acções.

2 — As acções podem revestir a forma escritural.

3 — Os títulos serão subscritos por dois administradores ou pelo administrador único, consoante a administração seja exercida de forma plural ou singular, podendo uma das respectivas assinaturas ser de chancela, autenticada com o carimbo da sociedade.

4.º

1 — A sociedade poderá, nos termos da lei, adquirir ou alienar acções próprias, bem como realizar sobre elas quaisquer operações em direito permitidas.

2 — Igualmente nos termos da lei, poderá a sociedade emitir e adquirir obrigações próprias, bem como realizar sobre elas quaisquer operações em direito permitidas.

3 — Os accionistas têm direito de preferência nos aumentos de capital, na proporção das acções que possuírem, sem prejuízo dos montantes reservados a subscrição pública pela assembleia geral.

4 — A venda de acções da sociedade, quer para familiares quer para estranhos, dependerá sempre do consentimento da sociedade, em primeiro lugar, ou dos restantes accionistas em segundo, que terão o direito de preferência na aquisição das acções.

5 — Preferindo mais do que um accionista, as acções alienadas serão divididas pelos accionistas preferentes, na proporção das participações detidas à data por cada um deles.

6.º

1 — Mediante deliberação da assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares, uma ou mais vezes até ao limite de 1 000 000 de euros.

2 — As prestações suplementares serão prestadas no prazo máximo de um mês contado da data da deliberação que as torne exigíveis.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

7.º

A sociedade tem por órgãos a assembleia geral, o conselho de administração ou administrador único e conselho fiscal ou o fiscal único.

CAPÍTULO IV

Assembleia geral

8.º

1 — A assembleia geral é composta por todos os accionistas que detenham, pelo menos, 1000 acções registadas em seu nome, sem prejuízo da faculdade legal de agrupamento dos pequenos accionistas para o efeito.

2 — A cada 1000 acções corresponde um voto.

3 — Os accionistas poderão fazer-se representar, na assembleia geral, pelo respectivo cônjuge, por qualquer ascendente ou descendente ou por qualquer membro da administração ou accionista.

4 — Os incapazes e as pessoas colectivas serão representados nas assembleias gerais, pela pessoa a quem, legal ou voluntariamente, couber a respectiva representação.

9.º

1 — A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e um ou dois secretários, eleitos pela assembleia para o período de três anos, os quais podem ser ou não accionistas, podendo ser reeleitos.

2 — Não obstante serem eleitos por prazo certo, os membros da mesa poderão manter-se em funções até ao limite de 180 dias, após o termo do prazo.

10.º

As assembleias gerais serão convocadas com a antecedência mínima de 30 dias.

11.º

1 — A assembleia geral poderá reunir em primeira convocação, desde que ali se encontrem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, 50% do capital social.

2 — Na convocatória poderá fixar-se igualmente uma segunda data para a reunião da assembleia geral, para o caso de esta, por falta de quórum, não poder reunir em primeira convocatória, contando que entre as duas datas mediem mais de 15 dias.

CAPÍTULO V

Conselho de administração ou administrador único

12.º

1 — A administração da sociedade incumbe a um administrador único ou a um conselho de administração, composto por três ou cinco membros eleitos pela assembleia geral.

2 — Os administradores podem ou não ser accionistas e serão eleitos pelo período de três anos, podendo ser reeleitos.

3 — Ao presidente do conselho de administração, eleito pela assembleia geral ou designado pelo conselho, cabe voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.

4 — A responsabilidade de cada um dos administradores será ou não caucionada, conforme for deliberado em assembleia geral.

5 — A assembleia geral poderá designar um administrador-delegado, definindo os limites da delegação e sem prejuízo de igual faculdade caber ao próprio conselho de administração, nos termos da lei.

6 — O conselho de administração poderá nomear procuradores para a sociedade, no âmbito e limites fixados na lei.

13.º

A remuneração dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal serão fixadas em assembleia geral.

14.º

1 — Ao conselho de administração ou ao administrador único compete representar e gerir a sociedade nos mais amplos termos em direito permitidos.

2 — Para além das atribuições gerais resultantes da lei e dos presentes estatutos, compete, ainda, ao conselho de administração ou ao administrador único:

a) Gerir os negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao seu objecto;

b) Representar a sociedade, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo confessar, desistir, transigir ou comprometer-se em arbitragem, bem como constituir quaisquer mandatários, no âmbito e limites fixados na lei, mediante a outorga das competentes procurações;

c) Deliberar sobre a participação da sociedade no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas;

d) Adquirir, alienar, onerar ou obrigar quaisquer bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo obrigações e acções, próprias ou alheias.

3 — É, porém, vedado aos membros da administração vincular a sociedade em actos estranhos ao interesse da mesma.

15.º

1 — A sociedade obriga-se:

a) Com a assinatura do administrador único ou com a assinatura do presidente do conselho de administração, conforme a administração seja singular ou plural;

b) Com as assinaturas de dois administradores;

c) Com a assinatura do administrador-delegado;

d) Com a assinatura de um administrador ou procurador com poderes especiais delegados para o acto.

2 — Em actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer administrador ou procurador e, quanto a este, nos limites da procuração.

CAPÍTULO VI

Conselho fiscal ou fiscal único

16.º

1 — A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único ou a um conselho fiscal composto por três membros efectivos e um suplente.

2 — É aplicável aos membros do conselho fiscal, com as necessárias adaptações, o disposto nas cláusulas 12.^a, n.ºs 2, 3 e 4, e 13.^a

CAPÍTULO VII

Secretário da sociedade

17.º

O conselho de administração poderá designar, para o período de três anos, renováveis, um secretário da sociedade e um suplente.

CAPÍTULO VIII

Disposições diversas

18.º

Os lucros sociais, extraída a parte destinada a constituir reservas obrigatórias, terão o destino que lhes for dado por deliberação da assembleia geral, sem qualquer limitação, que não seja a decorrente de disposições legais imperativas.

19.º

Em caso de liquidação da sociedade e salvo deliberação em contrário, os administradores em exercício, contra os quais não esteja em curso ou tenha sido deliberada a instauração de acção de responsabilidade, passarão a exercer as funções de liquidatários.

Mais certifico que o texto que se segue é transcrição da inscrição acima referida.

Apresentação n.º 11/050511.

Nomeação dos órgãos sociais, por deliberação de 27 de Abril de 2005, para o triénio de 2005/2007:

Administrador único: Diamantino Henriques Mendes, Rua do Professor Vítor Fontes, 5, 6.º, direito, Lisboa.

Fiscal único: Floriano Tocha, Paulo Chaves & Associado Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, Rua do Almirante Barroso, 58, 4.º, direito, Lisboa.

Paulo Dinis Delgado Chaves, solteiro, maior, Rua de Damião de Góis, 5, 9.º, esquerdo, Alfovelos, Amadora — revisor oficial de contas suplente.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

20 de Maio de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.

2010340795

PROMOFAT — PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA DE FÁTIMA, L.ª

Anúncio n.º 7899-MG/2007

Sede: Estrada de Leiria, Fátima, Ourém

Conservatória do Registo Comercial de Ourém. Matrícula n.º 1508; identificação de pessoa colectiva n.º 503937380; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 10 e 11/20050523.

Certifico que, na sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessação de funções do gerente José Carlos Neto Marcelino, por renúncia.

Data: 6 de Maio de 2005.

Alteração parcial do contrato quanto à redacção dos seus artigos 1.º, 2.º, 3.º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do pacto social, cuja redacção passa a ser a seguinte:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma PROMOFAT — Promoção Imobiliária de Fátima, L.ª, e tem a sua sede na Estrada de Leiria, freguesia de Fátima, concelho de Ourém.

§ único. Mediante deliberação da gerência, a sociedade pode estabelecer filiais, agências ou outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro, bem como transferir a sua sede nos termos da lei.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto indústria de construção civil e obras públicas. Compra e venda de bens imóveis, revenda dos adquiridos para esse fim, urbanização e construção de imóveis e sua revenda em bloco ou propriedade horizontal.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais, cada uma do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Isidro Manuel dos Reis Neto e IRIAL — Alumínios e Decorações Iriense, L.ª

Artigo 5.º

1 — Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Isidro Manuel dos Reis Neto.

Conferido, está conforme.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

16 de Junho de 2005. — A Escriturária Superior, *Maria Manuela Godinho Soares*.

2006964917

PROMOTORA DO INFANTADO — PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Anúncio n.º 7899-MH/2007

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 19 957; identificação de pessoa colectiva n.º 507177754; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/20041214.

Certifico que, por escritura de 14 de Dezembro de 2004, exarada a fl. 51 do Livro n.º 159 do Centro de Formalidades das Empresas de Lisboa II, foi constituída a sociedade em epígrafe entre:

a) Afonso Jorge Alves Pereira Marques, casado com Rita Isabel Morais Tomás Valadas Pereira Marques na comunhão de adquiridos, Rua de Miguel Bombarda, 128, 5.º, esquerdo, Lisboa — 3750 euros;

b) Paulo Fernando Vieira de Carvalho Cardoso do Amaral, casado com Maria Teresa de Carvalho Soares Branco Cardoso do Amaral na comunhão de adquiridos, Rua do General Humberto Delgado, 5, 2.º, direito, Algés — 1250 euros, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Promotora do Infantado — Promoção Imobiliária, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Urbanização do Infantado, Praça do Infante D. Duarte, 8, 4.º, direito, freguesia e concelho de Loures.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 2.º

O objecto da sociedade consiste na promoção imobiliária, compra e venda de imóveis para revenda, construção civil, compra e venda de materiais de construção, gestão de empreendimentos, gestão de condomínios, consultoria imobiliária.

Artigo 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas, uma de 3750 euros, pertencente ao sócio Afonso Jorge Alves Pereira Marques, e outra de 1250 euros, pertencente ao sócio Paulo Fernando Vieira de Carvalho Cardoso do Amaral.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 100 vezes o capital social.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, a nomear em assembleia geral, a qual poderá não ser remunerada conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Ficam desde já nomeados gerentes, os sócios.

Artigo 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.